

Ministro rejeita Mandado de Segurança contra tramitação da Reforma Administrativa

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento ao Mandado de Segurança (MS 37488), impetrado por um grupo de deputados federais e senadores com o objetivo de paralisar a tramitação da Reforma Administrativa até que haja a divulgação dos dados que embasam a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, especialmente o impacto orçamentário. De acordo com os parlamentares, o governo federal impôs sigilo aos documentos, subtraindo a prerrogativa da Casa de debater, questionar e aperfeiçoar a proposta enviada à Câmara. Mas, segundo o relator, informações prestadas pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), demonstram que ainda não houve a admissão da PEC, que nem sequer chegou a ser distribuída.

O artigo 202 do Regimento Interno da Câmara dispõe que a proposta de emenda à Constituição será despachada pelo presidente da Casa à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que se pronunciará sobre sua admissibilidade, no prazo de cinco sessões, devolvendo-a à Mesa com o respectivo parecer. Ao negar seguimento ao mandado de segurança, o ministro Marco Aurélio afirmou que não há transgressão ao processo legislativo de reforma da Constituição que justifique a atuação prematura do STF.

Falta de transparência

Na ação, os deputados federais André Figueiredo (PDT-CE), Fábio Trad (PSD-MS), Professor Israel Batista (PV-DF), Paulo Teixeira (PT-SP) e Marcelo Freixo (PSOL-RJ) e os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Weverton Rocha (PDT-MA) alegaram vício de procedimento na PEC 32/2020, apresentada pelo Poder Executivo em 3/9/2020. Segundo o grupo, é "preocupante a insistência do Ministério da Economia em escapar à transparência própria do princípio republicano", e a negativa de acesso à íntegra das informações necessárias ao adequado debate da proposta é grave e inviabiliza a sua tramitação.

O MS foi inicialmente impetrado contra atos do presidente da Câmara e do ministro da Economia, Paulo Guedes, mas o ministro Marco Aurélio excluiu Guedes da ação, por não constar entre as autoridades cujos atos são passíveis de mandado de segurança no STF (artigo 102, inciso I, alínea "d", da Constituição).

Governo insiste nas privatizações e população é quem pagará a conta

Em meio à crise econômica, à alta taxa de desemprego e ao aumento da miséria e fome no Brasil, um novo reajuste nos preços da energia elétrica deverá passar a valer, em breve, em todo o Brasil. O reajuste deve ocorrer devido ao aumento do uso de usinas termoeletricas no país por causa da seca e do apagão no Amapá. Mais de 700 mil pessoas, em 13 dos 16 municípios do estado do Amapá, estão sofrendo há semanas com a falta de energia, água e combustíveis. Importante destacar que a distribuição de energia no Amapá foi privatizada. A empresa responsável pelo abastecimento do Estado é a espanhola Isolux, que tem histórico de maus serviços prestados em outros países.

Mas nem por isso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, desistiu de seu projeto de privatização. O banqueiro afirmou, na última segunda-feira (23), que nos dois anos restantes de governo Bolsonaro, eles irão "para o ataque" com privatizações e reformas. E entre essas reformas está a Administrativa. Com essa afirmação, fica muito claro que a ideia do governo Bolsonaro é promover o desmonte do setor público, por meio da reforma Administrativa, para viabilizar as privatizações de setores estratégicos.

Privatizações

Guedes disse que estava "bastante frustrado" por não ter conseguido privatizar nenhuma estatal. O ministro queria entregar ao mercado quatro grandes empresas nacionais: a Eletrobras, os Correios, o Porto de Santos e a Pré-Sal Petróleo S.A. Mas afirmou que ainda não desistiu da ideia e que o objetivo é privatizá-las até o fim de 2021.

Segundo Guedes, e o próprio Bolsonaro, privatizar seria "modernizar" o Brasil. Mas isso não é combinado com as grandes empresas que compram as estatais nacionais. Essas empresas visam tão somente o repasse do

lucro para suas matrizes no exterior, demitem técnicos experientes e contratam pessoal com menos qualificação para pagar menos, reduz o quadro de pessoal e diminui os investimentos em segurança, equipamentos e infraestrutura.

Maior mineradora do Brasil e a terceira companhia na indústria global de mineração de metais, a Vale S.A é outro exemplo de descaso. A empresa carrega vários crimes ambientais e tragédias humanas em seu histórico, desde que adquiriu a Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Os rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho destroçaram cidades, vidas e o meio ambiente brasileiro.

São empresas multinacionais cujos acionistas não estão preocupados com o Brasil e os brasileiros. Eles compraram ações e querem o retorno em lucro. E para obter lucro, os gestores dessas empresas fazem de tudo para conter gastos. Por isso, a queda de energia que deixou a população do Amapá desassistida por vários dias.

Eletrobras

Caso a Eletrobras seja privatizada, além das contas de luz com preços exorbitantes, a população poderá ser afetada também com a falta de água. Isso porque a empresa tem 47 usinas hidrelétricas responsáveis por 52% de toda a água armazenada no Brasil. O desabastecimento prejudicará ainda mais quem precisa de água em abundância como é o caso dos pequenos agricultores, responsáveis por 70% da alimentação que o brasileiro coloca na mesa.

Correios

Desestruturar para vender. Essa é a prática do governo Bolsonaro quando se trata de entregar as empresas nacionais à iniciativa privada. Depois de ter reduzido ao máximo as equipes que cuidam das entregas de mercadorias dos Correios, enquanto ampliou as equipes de marketing, a empresa, que dava lucro nos governos petistas, passou a ter prejuízos anuais. A estatal chegou a receber aportes do Tesouro, no valor de 224 milhões de reais, nos últimos dois anos, para poder continuar operando.

Pré-Sal Petróleo

A Pré-Sal Petróleo atua como braço da União na gestão e controle das atividades de exploração e produção de óleo e gás natural desenvolvidas. Ou seja, além de querer entregar os campos e refinarias de pré-sal para as multinacionais do Petróleo, um dos motivos do golpe de 2016, este governo quer repassar a produção de óleo e gás natural para essas empresas.

Governo lança piloto da prova de vida digital para servidores públicos

O Governo Federal vai simplificar a prova de vida dos aposentados, pensionistas e anistiados a partir desta terça-feira (24/11). O processo poderá ser realizado pelos aplicativos Sigepe Mobile e Meu gov.br. Com isso, não será mais necessário o deslocamento até o órgão de origem ou uma agência bancária. Neste primeiro momento, a medida será implantada como piloto para 10 mil pessoas atendidas pelo Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos do Ministério da Economia (Decipex/ME). No futuro, a medida será estendida a 700 mil pessoas.

“O aposentado, pensionista ou anistiado poderá realizar a prova de vida de onde estiver, seja no Brasil ou em outro país”, anuncia o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do ME, Wagner Lenhart. “A novidade vai proporcionar economia de tempo e até de dinheiro não só para o governo, mas também para os aposentados e pensionistas, uma vez que não será necessário deslocamento para a comprovação anual.” Entre 2016 a 2019, foram restabelecidos mais de 120 mil pagamentos pelo atendimento presencial nas unidades de Gestão de Pessoas. “Nossa expectativa é reduzir esses atendimentos”, complementa.

Segundo o secretário, a prova de vida digital faz parte do plano de transformação digital na Gestão de Pessoas no governo federal. “É importante lembrar que o beneficiário precisa ter a biometria (identificação digital) cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran)”, orienta Lenhart.

Durante o piloto, os beneficiários poderão acompanhar a sua situação pelo aplicativo Sigepe Mobile. Por meio dele, será possível obter o comprovante da sua realização, independente do canal que tenha utilizado, podendo também receber notificações para lembrar o momento em que deverá realizar esta ação.

“Os aposentados, pensionistas e anistiados que não estiverem participando do piloto devem realizar a prova de vida no banco em que recebem o seu provento ou benefício”, reforça o secretário. Para facilitar o processo, a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do ME elaborou um “Passo a Passo” para orientar os participantes do piloto.

Outro objetivo da medida é aprimorar a atuação das unidades de gestão de pessoas na Administração Pública Federal, pois a iniciativa reduzirá as visitas técnicas e os atendimentos presenciais.

Como funciona atualmente

A prova de vida dos servidores públicos federais aposentados, dos pensionistas e dos anistiados políticos, que recebem pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), deve ser feita anualmente, no mês do aniversário.

Com a entrada em vigor da Portaria 244 e Instrução Normativa nº 45, de 15 de junho de 2020, foi permitido aos beneficiários realizar essa comprovação em qualquer agência da instituição bancária onde é pago o provento ou benefício. Isso vale para todos os beneficiários. É necessário o comparecimento pessoal portando documento oficial de identificação com foto e CPF.

Os dois normativos também autorizaram o uso de novas tecnologias, como a comprovação de vida por meio de biometria em aplicativos mobile e em terminais de autoatendimento bancário.

25 de novembro: Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher

Hoje é Dia Internacional pela eliminação de toda forma de violência contra as mulheres. A data foi criada em homenagem às irmãs Patria, Teresa e Minerva Mirabal, "as mariposas", ativistas assassinadas neste dia, em 1960, pela ditadura na República Dominicana. Sessenta anos depois, convivemos com o aumento dos casos de feminicídio, a misoginia, a justiça criando o "estupro culposo", a perseguição e ameaças a parlamentares negras e LGBTQIs, a criminalização de uma criança de 10 anos que buscava o aborto legal, entre outros tantos retrocessos. Por todas mulheres vítimas de todo o tipo de violência, hoje é dia de luta.



[#PeloFimDaViolênciaContraAsMulheres](#)

[#NenhumaAMenos](#)

[#PorDireitos](#)

[#ForaBolsonaro](#)

[#ForaDamares](#)

CALENDÁRIO VIRTUAL DE ATIVIDADES

- **02/12** - 9ª reunião de negociação do ACT - 2020/2021 dos trabalhadores da Ebserh;
- **09/12** – Seminário Virtual "OS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL NO MUNDO PÓS PANDEMIA".